



## Impeachment: peritos de acusação e defesa falam hoje à comissão

Jurista e economistas explicarão aos senadores os relatórios entregues ontem com avaliações do laudo técnico feito por junta de servidores do Senado sobre os documentos do processo de afastamento de Dilma

A Comissão Especial do Impeachment ouve hoje três especialistas que ontem entregaram relatórios que analisam a perícia técnica elaborada por profissionais do Senado sobre o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. Pela acusação, fala a economista Selene Nunes, uma das responsáveis pela elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela defesa, falam o jurista Ricardo Lodi Ribeiro e o economista Rodrigo Octávio Orair.

Selene discorda do laudo técnico apenas no que

se refere à medida provisória que permitiu o uso do superavit de fontes vinculadas ao fim de 2014 para o pagamento de despesas obrigatórias em 2015. Para ela, isso deu margem às pedaladas fiscais. Ribeiro e Orair garantem que não houve crime de responsabilidade.

Dilma é aguardada para depor à comissão amanhã, mas senadores aliados da presidente afastada informam que ela não deve comparecer. Eles apoiam a decisão afirmando que a presença dela é importante quando acontecer o julgamento em Plenário. **3**

**Retransmissora de TV não deve gerar conteúdo, defende associação **7****

**Reajuste para servidores públicos será pauta de audiência amanhã **6****

**Marco Legal da Primeira Infância é tema de seminário no Senado **2****

**Começam hoje comissões para analisar cinco medidas provisórias **2****

## Policiais e auditores pedem segurança na fiscalização de combate ao trabalho escravo

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, fiscais e policiais federais que combatem o trabalho escravo pediram estrutura para operar com

segurança, como carros blindados e tecnologia para comunicação em áreas isoladas, e aprovação de propostas legislativas de interesse das categorias. **8**



Flávio Werneck, Weyne Marcelino, Fábio Cardoso, Paim, Souto Maior e Carlos Silva fazem reivindicações

## Conselho vota contra projeto que muda investigação de crime praticado pela internet

O Conselho de Comunicação do Senado votou ontem pela rejeição de projeto que dá mais poder ao Ministério Público e à polícia na investigação

de crimes cometidos pela internet. Para os conselheiros, o texto viola direitos constitucionais como privacidade e liberdade de expressão. **6**



Conselheiros reprovam texto, que, segundo eles, gera preocupações sobre funcionamento da web



Reprodução

**Encartado nesta edição, novo número da revista *Em Discussão!***

## especial Cidadania

### Lei de Inclusão completa 1 ano e estimula diversidade nas escolas

Aprovada em 2015, a Lei Brasileira da Inclusão já mostra resultados. Ela afeta áreas como acessibilidade, trabalho e educação. Neste último ponto, estabelece que estudantes

com deficiência têm direito de estudar em escola regular. O Ministério Público Federal recebe denúncias contra escolas que desrespeitam a nova norma. **4 e 5**



Segundo educadores, inclusão escolar beneficia os alunos que têm deficiência e os que não têm

Rodrigues Abreu/Prefeitura de Manaus

## Polêmica, regulamentação de jogos de azar pode ser votada esta semana

Aprovada pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional em março, a proposta que regulamenta o funcionamento de cassinos e bingos está na ordem do dia. O PLS 186/2014 também

legaliza o jogo do bicho. O texto define critérios para estabelecer quais jogos poderão ser explorados. Regras de premiação também são determinadas pelo projeto. **3**



Fábio Almeida/Prefeitura de São Paulo

Legislação sancionada em março, para crianças de até 6 anos, será analisada em debate que começa hoje e termina quinta

## Seminário internacional debate a primeira infância

Quarta edição de evento, iniciativa conjunta do Senado, da Câmara e do Ministério de Desenvolvimento Social, busca compreensão e implementação do marco legal voltado a crianças de até 6 anos de idade

COMEÇA HOJE O 4º Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância, promovido pelo Senado, pela Câmara dos Deputados e pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, com apoio do Banco Mundial.

A abertura, marcada para as 9h, no Auditório Petrônio Portella do Senado, deve contar com a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Waldir Maranhão, da procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e do ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, entre outros. O evento, que prossegue até quinta-feira, é direcionado a parlamentares, gestores, representantes da sociedade e especialistas do Brasil e do exterior.

Esta é a quarta edição do seminário. Os debates das três edições anteriores permitiram a proposição e o aperfeiçoamento do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), sancionado em

março deste ano.

Agora o objetivo é favorecer a adequada compreensão e implementação da lei, por meio de exposições, trocas de experiências, debates e difusão de boas práticas e materiais de referência.

### Legislação

O Marco Legal da Primeira Infância estabelece um conjunto de ações para o início da vida, entre zero e 6 anos de idade. Institui a Política Integrada da Primeira Infância, visando à atuação intersetorial e multiprofissional para promoção do desenvolvimento humano a partir da atenção às gestantes e crianças.

Uma das inovações é a ampliação da licença-paternidade, de 5 para 20 dias, para os trabalhadores de empresas inscritas no Programa Empresa-Cidadã. Pela lei, os empregados terão direito também a até dois dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante a gravidez da esposa e por um dia por ano para acompanhar

filho de até 6 anos em consulta médica.

A norma, originária do PLC 14/2015, aprovado pelo Senado em 3 de fevereiro, estabelece como questões prioritárias a serem cuidadas na primeira infância: saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, lazer, espaço e meio ambiente.

O 4º Seminário Internacional da Primeira Infância é uma iniciativa conjunta da Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz e da Procuradoria Especial da Mulher, do Senado. Pela Câmara dos Deputados, participam a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, a Frente Parlamentar da Educação e as Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Educação e de Seguridade Social e Família.

(Com Procuradoria Especial da Mulher do Senado)

Para inscrição e outras informações sobre o seminário: <http://bit.ly/marcoinfancia>

## Comissões de MPs devem ser instaladas hoje

Estão marcadas para a hoje as reuniões de instalação das comissões mistas encarregadas de analisar e emitir parecer sobre as últimas medidas provisórias editadas pelo presidente interino Michel Temer. As reuniões terão início às 10h30.

A primeira comissão a ser instalada vai analisar a MP 731/2016, que extingue cargos comissionados no Poder Executivo.

A MP 732/2016 limita a 10,54% o reajuste do foro e da taxa de ocupação de imóveis da União para 2016. O valor equivale ao índice de inflação IGP-M acumulado em 2015. O reajuste máximo incidirá sobre as plantas de valores genéricos,

que determinam o valor do metro quadrado do terreno.

Em seguida, será a vez da MP 733/2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural contraídas até 2011 por produtores do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo, com desconto de até 95% para os débitos de até R\$ 15 mil.

Já a MP 734/2016 libera R\$ 2,9 bilhões ao estado do Rio de Janeiro, que decretou estado de calamidade pública por falta de verbas para despesas com salários dos servidores, saúde e segurança.

Por último, será instalada a comissão da MP 735/2016,

que regula pontos vetados de outra medida (MP 706/2015), restringindo os benefícios que seriam dados às concessionárias do Grupo Eletrobras na Região Norte. Com a nova MP, o governo está limitando a R\$ 3,5 bilhões o valor do aporte que a União poderá fazer à estatal até 2017, para cobrir gastos com combustível feitos pelas distribuidoras. O valor pela medida anterior chegava a R\$ 10 bilhões. Na atual, os repasses também estão sujeitos à disponibilidade orçamentária.

Após a instalação, as comissões elegerão presidentes e vice-presidentes e serão indicados os relatores e relatores-revisores.

## Aviação civil e transportes são temas da revista *Em Discussão!*

O debate sobre a liberação total do capital externo para as companhias de aviação civil, iniciado na comissão de especialistas que analisou o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), foi acompanhado pela revista *Em Discussão!*, encartada no **Jornal do Senado** de hoje. Em seu número 28, a publicação apresenta um amplo levantamento dos debates e das decisões sobre aspectos do mercado da aviação.

O tema de capa aborda a divisão societária, as tarifas, a franquia de bagagem, a falta de voos regionais, o relacionamento entre as instituições do setor e as companhias e normas de segurança quanto a drones e balões juninos.

Em 29 de junho, o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/2016, com o compromisso do presidente interino, Michel Temer, de vetar os artigos sobre capital externo, que tinham sido alterados quando a MP

714/2016 (que originou o PLV) tramitou na Câmara. Com o veto, voltará a valer a regra atual, que permite participação de 20%, no máximo. A questão agora será examinada por uma comissão especial de senadores. A base do novo código de aeronáutica será o anteprojeto elaborado pelo colegiado de especialistas, que trabalhou de junho de 2015 a abril deste ano e propôs o mesmo que os deputados: a abertura em 100% das empresas ao dinheiro de fora.

O outro tema da edição é a falta de transparência das planilhas dos transportes públicos urbanos, peças fundamentais para fixar os reajustes das tarifas. *Em Discussão!* traz ainda um painel de projetos sobre o tema que aguardam deliberação e uma resenha sobre as avaliações de impacto regulatório.

*Em Discussão!* também está no site: [www12.senado.leg.br/emdiscussao](http://www12.senado.leg.br/emdiscussao)

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CCT Internet mais rápida em 3 regiões

8h45 A comissão pode votar o PLS 427/2014, que garante mais recursos para melhoria da internet nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e mais 46 itens.

#### PRESIDÊNCIA Michel Temer

9h Renan participa de seminário sobre o Marco Legal da Primeira Infância; às 11h, recebe o ministro da Defesa, Raul Jungmann; às 11h30, o presidente do TST, Ives Gandra; às 15h, encontra o presidente interino Michel Temer; e às 16h, ordem do dia.

#### CAE Banco Central e CVM

9h A comissão analisa indicações para as diretorias dos dois órgãos.

#### CDH Sistema Único de Saúde

9h A comissão faz audiência sobre o SUS.

#### CMA Uso racional da água

9h30 A comissão analisa o PLS 587/2015, sobre campanhas para estimular o uso racional da água, e mais 12 itens.

#### MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação

10h30/11h10 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente de comissões mistas responsáveis por cinco MPs.

#### IMPEACHMENT Junta pericial

11h A comissão especial ouve a junta pericial composta por três servidores do Senado. Depois, falarão dois peritos assistentes.

#### TRANSPARÊNCIA Lei Orçamentária

11h Apreciação e votação das emendas da comissão à Lei Orçamentária 2017.

#### CRA Emendas à LDO

11h45 A comissão analisa emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

#### CE Educação básica

11h45 O PLS 293/2014, que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica, é um dos itens em pauta.

#### MP 723/2016 Mais Médicos

14h Audiência pública sobre medida provisória que prorrogou por três anos a permanência de estrangeiros no Mais Médicos.

#### ORÇAMENTO Colégio de Líderes

14h Reunião do Colégio de Líderes sobre eleição do 1º e do 3º vice-presidente e comitês. Depois, análise de MPs com créditos para Ministério do Esporte e Justiça Eleitoral.

#### PLENÁRIO Consórcio de saúde

14h A PEC 46/2013, sobre consórcio público de saúde, é o primeiro item da pauta.

#### MINERAÇÃO Legislação mineral

14h A subcomissão faz audiência pública interativa para debater a modernização da legislação brasileira mineral.

#### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Debate

14h30 Audiência debate a violência contra a mulher no campo. Logo depois, análise de emendas à LDO de 2017.

#### MUDANÇAS CLIMÁTICAS Acordo

14h30 Reunião para ratificar o Acordo de Paris e a incorporação dele na Política Nacional sobre Mudança do Clima. Em seguida, análise de emendas à LDO de 2017.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Peritos serão ouvidos hoje sobre impeachment

Especialistas indicados pela defesa e pela acusação vão à comissão que julga Dilma Rousseff, a partir das 11h, falar sobre a perícia técnica realizada por uma junta de servidores do Senado

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment recebeu ontem o relatório dos peritos assistentes indicados pela defesa da presidente afastada Dilma Rousseff sobre a perícia técnica feita por uma junta de servidores do Senado na denúncia contra ela. O jurista Ricardo Lodi Ribeiro e o economista Rodrigo Octávio Orair serão ouvidos pelo colegiado hoje, a partir das 11h, com a perita da acusação, a especialista em finanças públicas Selene Nunes.

Os peritos da defesa discordam das conclusões da perícia e afirmam haver inexistência de “substrato legal, materialidade e autoria” na denúncia. Na análise dos peritos, não houve crime de responsabilidade.

Já a perícia da acusação conclui que a presidente cometeu crime de responsabilidade ao publicar, sem participação ao Congresso, dois decretos orçamentários em 2015 que extrapolaram a meta fiscal vigente. Além disso, o laudo classifica como operações de crédito ilegais os atrasos nos repasses do Tesouro para bancos públicos a título de equalização de juros do Plano Safra, no mesmo ano — as pedaladas fiscais.

Segundo a defesa, os decretos orçamentários publicados por Dilma em 2015 obedeceram a dispositivos da Constituição, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) e não ampliaram limites de empenhos e pagamentos, pois usaram dinheiro decorrente de excesso de arrecadação e superavit financeiro. O laudo argumenta que a assinatura da presidente afastada nos decretos representa apenas “homologação” das solicitações técnicas dos órgãos beneficiados, que vinham acompanhadas de atestado de disponibilidade de fontes.

Além disso, dizem, todos foram editados antes de parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) contrário à prática — o último dos decretos tem a data do dia 20 de agosto de 2015, enquanto a nova interpretação do TCU foi formalizada em 7 de outubro.

Em relação às pedaladas fiscais, os peritos da defesa apontam para conclusão do próprio laudo técnico que afirma não haver “ato comissivo” da presidente afastada. Eles também sustentam que não se pode cogitar a responsabilização de Dilma por “ato



Enquanto Selene Nunes foi indicada pela acusação, Ricardo Lodi e Rodrigo Orair falarão pela defesa de Dilma. Eles vão depor na comissão especial

de subalterno” e citam o relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre as contas presidenciais de 2014 (ainda não votado), que tem o mesmo ponto de vista.

A única discordância que a perita assistente da acusação manifesta em relação ao laudo técnico diz respeito à Medida Provisória 704/2015, que teve objetivo de permitir o uso do superavit financeiro de fontes vinculadas ao fim de 2014 para o pagamento de despesas obrigatórias em 2015. O laudo da acusação considera que a MP teve ligação com as pedaladas porque serviu para criar “espaço fiscal” para a quitação de dívidas decorrentes dos atrasos nos repasses. A perícia técnica não apontou ligação entre a MP e as pedaladas.

## Embasamento

Ricardo Lodi Ribeiro é jurista e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Ele foi um dos especialistas ouvidos pela Comissão do Impeachment na fase de admissibilidade do processo. Rodrigo Octávio Orair é economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Selene Nunes é analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional, professora de finanças públicas e já atuou como assessora econômica do Ministério do Planejamento. Foi uma das responsáveis pela elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além da perícia, a comissão terá como embasamento para deliberações os laudos de peritos assistentes indicados pela acusação e pela defesa.

## Oposição considera correta decisão de Dilma Rousseff de não prestar depoimento

A presidente afastada Dilma Rousseff não deve comparecer à Comissão Especial do Impeachment amanhã, quando deveria prestar depoimento. É o que reconhecem os senadores opositoristas, que fazem a defesa de Dilma no colegiado. Na avaliação deles, porém, essa decisão é correta.

Lindbergh Farias (PT-RJ), líder da oposição, afirmou que a comissão é “um jogo de cartas marcadas”, e que a base do governo do presidente interino Michel Temer gostaria que Dilma comparecesse para usar a presença dela como forma de “legitimar” o processo de afastamento — em sua avaliação, “uma ilegalidade gigantesca”.

— A comissão não está tomando suas decisões em cima de critérios jurídicos. São critérios completamente políticos. Quem ela convenceria, daqueles senadores que estão ali? É um jogo de cartas marcadas. Ela não deve legitimar aquela comissão, que é o que eles queriam — disse.

Lindbergh lembrou que a presidente afastada terá a oportunidade de falar no Plenário. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o comparecimento de Dilma ao Senado será importante, “mas não agora”.

— Eu acho que a comissão não é um bom ambiente para a presidenta. Todo mundo diz que o placar já está definido. A presença na comissão é irrelevante, mas no Plenário é diferente,

ela tem que vir — disse a senadora.

Senadores da base do governo Temer relevaram a situação e disseram que não comparecer é um direito da presidente afastada. Dilma deverá se manifestar por meio de seu advogado, José Eduardo Cardozo. Simone Tebet (PMDB-MS) observou que, se Cardozo falar à comissão, o depoimento dele deverá ser entendido como se fosse da própria Dilma.

— O representante tem uma procuração para falar em nome dela, então tem que tomar muito cuidado porque o que ele falar pode depor contra a presidente afastada.

A senadora também disse não esperar de Cardozo argumentos novos de defesa e ponderou que “a melhor estratégia da acusação é não fazer perguntas”.

José Medeiros (PSD-MT) disse que a decisão não deve mudar a orientação dos trabalhos da comissão. O senador ressaltou que apenas Dilma pode explicar quais razões a levaram a decidir não comparecer, mas avaliou que ela pode ter considerado que a comissão já se decidiu.

— A impressão que tenho é que ela já deve ter visto que a situação está consolidada. Como ela não conseguiu produzir nada que pudesse mudar o livre convencimento dos senadores, creio que já deve ter jogado a toalha. Ou pode ser temor de ser inquirida.

## Legalização de cassinos, bicho e bingos está na pauta do Plenário

Pode ser votado esta semana no Plenário o projeto que legaliza o funcionamento de cassinos, bingo, jogo do bicho e videogames. A proposta (PLS 186/2014) foi aprovada na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em março, após muita discussão.

O texto que vai ao Plenário é um substitutivo do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT) e faz parte da Agenda

Brasil, pauta do Senado para incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

O projeto, de Ciro Nogueira (PP-PI), traz a definição dos jogos que podem ser explorados, critérios para autorização, prazos para funcionamento e regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. Também haverá requisitos de idoneidade para todos os sócios da pessoa ju-

rídica que detiver os direitos de exploração de jogos de azar. Será proibido, no entanto, que detentores de mandatos eletivos explorem os jogos. Essa vedação ainda atinge cônjuge, companheiro ou parente em linha reta até o 1º grau.

A proposta também fixa regras para o funcionamento das casas de bingo. Será credenciada, por município, uma casa de bingo a cada 150

mil habitantes. O texto deixa claro, porém, que os bingos filantrópicos ou beneficentes, de caráter eventual, não estarão submetidos às novas regras.

### Complexos de lazer

Pelo projeto, os cassinos deverão funcionar em complexos integrados de lazer, construídos especificamente para esse fim, com hotéis e

restaurantes. Segundo Ciro Nogueira, os cassinos poderão gerar emprego e incrementar o turismo no país.

O Poder Executivo, conforme o projeto, poderá credenciar até 35 cassinos, observando o limite de no mínimo um e no máximo três estabelecimentos por estado. O mesmo grupo econômico não poderá ser credenciado a explorar mais de três cassinos.



# Conselho rejeita texto sobre crimes pela web

Representantes do setor de comunicação avaliam que projeto viola a Constituição e fere direitos como privacidade e liberdade de expressão

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso votou ontem pela rejeição na íntegra do projeto que aumenta o poder do Ministério Público e da polícia na investigação de crimes praticados por meio da internet (PLS 730/2015).

O parecer do relator, Ronaldo Lemos, que é vice-presidente do colegiado, destaca que o projeto permite ao delegado de polícia ou ao promotor de Justiça requisitar ao provedor da rede as informações cadastrais de um endereço de protocolo de internet (IP) — que é a identificação do usuário. Hoje o provedor é obrigado a fornecer as informações somente com autorização de um juiz.

— Junto com o endereço de IP será revelado o nome dos pais do usuário, seu endereço físico e de residência, sem autorização judicial. A pessoa fica registrada não só quando faz uma comunicação on-line, mas também quando simplesmente acessa qualquer site ou serviço — alertou Lemos.

O relatório ressalta que a proposta — já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara — “viola direitos fundamentais”, atenta contra o direito de privacidade, a liberdade de expressão e gera



Ao lado do presidente do conselho, Miguel Ângelo Cançado (D), o relator do projeto, Ronaldo Lemos, diz que proposta pode aumentar judicialização e conflitos na internet

preocupações sobre o próprio funcionamento da internet, com o aumento da judicialização e dos conflitos na rede.

— Se acabarmos completamente com o mínimo de privacidade que existe na internet, vamos ter como resultado uma sociedade da vigilância, onde a consequência é um tolhimento da liberdade de expressão.

Para o conselheiro Sydney Sanches, representante da categoria dos artistas, o encaminhamento do colegiado é uma forma de preservar os interesses da sociedade. Patrícia Blanco considerou o projeto “um retrocesso” nas conquistas do Marco Civil da Internet e destacou a importância do acesso livre à rede.

Murillo Aragão ressaltou que o projeto é inconstitucional, pois a quebra do sigilo das comunicações depende de ordem judicial.

## Continuidade da EBC é defendida em nota pública

Ontem o Conselho de Comunicação Social do Congresso divulgou nota sobre a importância da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no contexto da comunicação pública no país, diante da cogitação de extinção do ve-

ículo pelo governo interino do presidente Michel Temer. O colegiado também marcou um seminário, no dia 8 de agosto, para discutir a missão e o futuro da empresa.

Os convidados para o evento são a presidente do Con-

selho da EBC, Rita Freire; a representante dos funcionários da empresa, Akemi Nitahara; e o professor do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) Eugênio Bucci.

### Veja a íntegra do texto

O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional — artigo 224 da Constituição federal — vem acompanhando de perto, e com preocupação, notícias e fatos que se relacionam ao futuro da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Nesse sentido, reafirma sua convicção quanto ao primado constitucional da complementaridade entre comunicação pública e privada, que se encontra na base da retomada da democracia brasileira a partir de 1988.

Possíveis ajustes de percurso — necessários em razão de alterações constantes de cenários políticos, sociais e tecnológicos — não podem servir de pretexto para se

bloquear o ideal da comunicação pública. A EBC, na avaliação do conselho, deve continuar com seu desígnio histórico negando-se a se transformar em instrumento de manipulação, seja por parte do Estado, seja por convicções ideológicas.

A empresa deve sempre apostar no pluralismo, dando espaço a todas as vozes da sociedade. E entendendo que os seus recursos, que são públicos, devem ser aplicados com eficiência e responsabilidade administrativa, em sintonia com os princípios do artigo 37 da Carta Magna.

**Miguel Ângelo Cançado**  
Presidente do Conselho de Comunicação Social

## Comissão sabatina nomes para Banco Central e debate reajuste

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) faz hoje a sabatina de indicados para as diretorias do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na semana passada, foram lidos os relatórios favoráveis às indicações de Reinaldo Le Grazie, Tiago Couto Berriel, Carlos Viana de Carvalho e Isaac Sidney Menezes Ferreira para o Banco Central e de Henrique Balduino Machado Moreira para a CVM.

Hoje os indicados para o

banco deverão expor os planos de trabalho à frente da instituição responsável pela execução da política monetária e pelo aperfeiçoamento do sistema financeiro. Se forem aprovados pelo Senado, eles deverão compor a nova diretoria do Banco Central, chefiada pelo economista Ilan Goldfajn, já aprovado pela Casa.

O indicado para a CVM também deverá apresentar o trabalho que pretende desenvolver na autarquia que fiscaliza, normatiza e disci-

plina o mercado de valores mobiliários no Brasil.

### Servidores

Amanhã a CAE fará audiência para discutir as propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliar as repercussões financeiras sobre as contas da União, dos estados e dos municípios. Requerido por Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o debate deve contar com a presença do ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Segundo Ferraço, os 14 projetos aprovados pela Câmara produzirão, se confirmados pelo Senado, uma conta estimada em R\$ 79 bilhões até 2019, apenas para os cofres federais. “Se considerarmos o setor público como um todo, ela será maior, uma vez que há reflexos também sobre as finanças de estados e municípios devido às vinculações salariais existentes”, acrescentou.

Do 14 projetos, 2 já foram aprovados pelo Senado e seguiram para sanção do presi-

dente interino Michel Temer: o que beneficia os servidores do Judiciário e o que aumenta os salários do Ministério Público. Quatro outros projetos de reajustes têm relatórios favoráveis, já lidos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As propostas deverão ser votadas na CCJ amanhã e depois seguirão para a CAE. A decisão final deverá ser dada pelo Plenário.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Abert: retransmissora não deve gerar conteúdo

Transformação de repetidora em geradora de conteúdo poderia desestruturar mercado, disse presidente da associação de emissoras de rádio e TV ao Conselho de Comunicação

A POSSÍVEL TRANSFORMAÇÃO de retransmissoras de radiodifusão em minigeradoras, ou seja, capazes de produzir conteúdo próprio e veicular publicidade, poderá desvirtuar a radiodifusão, segundo o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero.

Essa decisão, prevista em vários projetos que tramitam no Congresso, desestruturará completamente o mercado, na opinião de Slaviero, que participou de audiência pública promovida pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso ontem.

Questionado pelo conselheiro Davi Emerich sobre qual deve ser o modelo de negócio das retransmissoras (RTVs), Slaviero disse que não há modelo de negócio, porque a função das retransmissoras é apenas expandir o sinal das geradoras para mais cidades.

— No seu conceito principal, no espírito da lei, elas não têm modelo de negócio, porque elas não podem inserir conteúdo e não podem inserir publicidade. O que aconteceu que acabou desvirtuando muitos dos processos? Algumas pessoas constituíram empresas para simplesmente terem RTVs. E você pode imaginar o quanto vale você ter uma RTV na cidade de São Paulo — observou Slaviero.

Os conselheiros Nascimento Silva, José Francisco Lima e Liliana Nakonechnyj lamentaram a ausência de representante do Ministério das Comunicações (agora Ministério da

Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações) na audiência e levantaram a questão de por que não abrir novas licitações para as emissoras geradoras em vez de tentar adaptar as RTVs para que atuem como geradoras. O CCS vai enviar ao ministério os questionamentos dos conselheiros.

O presidente da Abert também defendeu que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não divida com o ministério as competências em relação à migração das RTVs para o sistema digital. Slaviero criticou a burocracia, que, segundo ele, tem atrapalhado essa migração.

— Tem uma rede de te-

levisão que já tem 29 RTVs prontas, com os equipamentos feitos, com a antena, os transmissores, os abrigos todos instalados e ela não pode ligar porque o processo fica entre o ministério e a Anatel — exemplificou.

Segundo o presidente da Abert, na região amazônica as RTVs também podem gerar conteúdo, de acordo com uma legislação da década de 1970, porque a intenção era incentivar que o sinal chegasse ao interior da região.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) manifestou a preocupação com os estados da Amazônia Legal, que possuem RTVs em situação muito

precária. O senador criticou os processos parados no Ministério das Comunicações.

— Num momento de crise que o Brasil vive, nós precisamos gerar emprego, e o governo vem atrapalhando a receita — afirmou.

## Sistema digital

De acordo com o superintendente da Anatel, Vitor Menezes, segundo a portaria que convocou as RTVs para manifestar o interesse em continuar prestando o serviço pelo sistema digital (MC 4.287/2015), 843 RTVs manifestaram-se pela continuação do serviço, o que abrange 2.028 municípios. As que não se manifestaram

pela continuação foram 1.618, abrangendo 1.771 municípios. Alguns municípios possuem apenas geradoras.

Segundo Menezes, não está havendo um impacto muito grande durante a transição do sistema analógico para o digital, pois quase todas estão bem encaminhadas no processo.

— O pareamento de quase todas elas já está feito. A maioria delas já têm o seu espaço no plano básico garantido. Somente aqueles que não manifestaram interesse em continuar com a transmissão em caráter digital é que vão ficar fora — afirmou.

De acordo com a consultora da Sociedade de Engenharia de Televisão (SET) Tereza Mondino, existem áreas mais congestionadas no espectro da radiodifusão, como as áreas metropolitanas, em que há uma dificuldade maior em fazer essa transição do sistema analógico para o digital. Ela explicou que isso aconteceu depois que o governo decidiu destinar uma faixa do espectro para a banda larga móvel. Para Tereza, os órgãos reguladores precisam começar a se preocupar com o aprimoramento do sistema digital.

— A radiodifusão, no meio do processo de transição, recebeu a notícia de que perderia 18 canais. Com essa perda, a Anatel teve que começar um replanejamento. Nesse processo de replanejamento, todas as áreas mais congestionadas só têm a possibilidade de fazer a migração com o desligamento analógico — disse a consultora.



Wellington (ao lado de Slaviero) alertou para situação das retransmissoras na Amazônia e criticou processos parados

## Corrupção atinge setores diversos, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse em Plenário que está surpresa com os escândalos de corrupção diários. Ela ressaltou que as investigações da Operação Lava Jato revelam grande leque de relações promíscuas entre o setor público e o privado. Para a senadora, é errôneo achar que apenas a área política esteja contaminada pela corrupção.

— A corrupção está no esporte amador, no paralímpico, na cultura, com os desvios da Lei Rouanet, na medicina, com os desvios das órteses e próteses, lamentavelmente. Mas não chega a ser conforto para nós, políticos, que só a classe política esteja visada nessas operações da Lava Jato.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Lindbergh: povo está descontente com Michel Temer

Lindbergh Farias (PT-RJ) apontou o descontentamento da população com o presidente interino Michel Temer, citando pesquisa do Ibope segundo a qual 66% dos entrevistados reprova o atual governo, enquanto 27% manifestaram apoio. O senador disse que a situação vai piorar, pois o objetivo central do governo Temer é retirar direitos trabalhistas e restaurar o neoliberalismo. Ele criticou proposta de emenda à Constituição que limita os gastos do governo à inflação do ano anterior, defendida por Temer:

— O que querem é garantir que primeiro se paguem os juros e depois se aperte pra preencher o resto do Orçamento. Por que não limitar os juros e tributar os mais ricos? Mas a pancada vai ser em educação, saúde e previdência social.

## PCdoB defende plebiscito, relata Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez um relato sobre a reunião da direção nacional do PCdoB ocorrida no fim de semana. O partido defendeu a mobilização de quem é contrário ao afastamento de Dilma Rousseff e a convocação de um plebiscito para que a população decida sobre a antecipação das eleições presidenciais, afirmou.

— Essa proposta não é uma panaceia, mas descortina uma alternativa ao impasse a que o golpe empurrou o país.

A senadora disse que Temer busca aprovar no Congresso medidas lesivas ao país, como a proposta que limita o aumento de gastos públicos ao índice de inflação do ano anterior.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Infraestrutura precária prejudica MT, diz Medeiros

José Medeiros (PSD-MT) criticou entraves legais e burocráticos para instalação de antenas de telefonia celular nos distritos mais distantes do país, como em muitas regiões de Mato Grosso. O senador afirmou que o estado carece de infraestrutura em áreas fundamentais, como transporte e comunicações.

— O estado precisa de infraestrutura na área rodoviária e ferroviária e na telecomunicação, que é muito atrasada. A maioria dos distritos não tem acesso pleno às telecomunicações. O estado fica com poucas e precárias rodovias, algumas ferrovias sem interligação. E a comunicação quebra de vez aqueles que querem investir.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Paim faz críticas a propostas para mudar Previdência

Os trabalhadores estão cada vez mais apreensivos com os ataques a seus direitos básicos, afirmou Paulo Paim (PT-RS). Ele condenou as propostas de reforma da Previdência e disse que, se o presidente interino Michel Temer pensasse em concorrer à Presidência, as ideias por ele defendidas seriam “trituras pelo país”.

O senador também afirmou que, enquanto trabalhadores e aposentados perdem direitos, o governo não pensa em reduzir a taxa de juros e não se move para conter a sonegação de impostos.

Paim mencionou ainda o protesto de 130 entidades da sociedade civil que exigem o fortalecimento da Controladoria-Geral da União como instrumento de combate à corrupção e defesa da democracia.

# Fiscais: falta segurança no combate à escravidão

Policiais e auditores que fiscalizam denúncias de trabalho escravo disseram que faltam pessoal e estrutura e relataram sofrer ameaças e ataques

REPRESENTANTES DOS FISCALIS que combatem o trabalho escravo e dos policiais federais que acompanham as operações pediram mais condições para operar de forma segura. Carros blindados, ferramentas de comunicação em áreas isoladas, regras de segurança operacional e de inteligência, porte de armas para os auditores fiscais e aprovação de propostas legislativas de interesse das categorias foram algumas das reivindicações feitas ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O ataque ocorrido em 18 de maio contra uma diligência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), com fiscais e auditores do Trabalho e policiais rodoviários federais, em São Félix do Xingu (PA), motivou o debate. Também foi lembrada a impunidade dos mandantes da chacina de uma equipe do grupo em Unaí (MG) em 2004.

Segundo o gerente de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho, Fábio Leal Cardoso, não é correto que os agentes públicos comprometam a própria segurança em ações que considera “idealistas”.

— Se já existe um risco inerente aos órgãos de fiscalização do Estado, quando se fala em combate e erradicação do trabalho escravo, estamos falando em um nível de criticidade desse risco que é bastante elevado — disse.

Foi considerado essencial o aperfeiçoamento das operações, com planejamento efetivo, coleta de dados de inteligência e mais infraestrutura pessoal e de equipamentos.



Audiência comandada por Paim (C) debate na Comissão de Direitos Humanos a violência contra policiais federais, procuradores e auditores fiscais do Trabalho

Cardoso observou que na operação de maio, no Pará, foi difícil manter contato com as equipes em campo, por causa da falta de cobertura celular.

— Falta pessoal e falta estrutura — lamentou.

## Ameaças

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva, revelou que ameaças e agressões físicas contra auditores estão se tornando comuns também na atuação diária, em grandes cidades.

— Nenhum auditor abre mão de cumprir deveres, mas também não pode abrir mão da vida — disse Silva.

O sindicalista denunciou a suspensão das atividades da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, antes vinculada à Secretaria de Direitos Humanos, mas agora aguardando transferência para o Ministério da Justiça.

Os participantes da audiência repudiaram propostas em tramitação no Congresso. Na opinião do diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Marcelo Souto Maior, o PLS 432/2013, que modifica a conceituação do que é trabalho escravo moder-

no, é um retrocesso social, por não considerar como trabalho análogo ao escravo aquele em que as pessoas são submetidas a jornada exaustiva ou a extrema degradação.

O PLC 30/2015, mais conhecido como Projeto da Terceirização, também foi condenado pelos participantes, por facilitar a institucionalização do intermediador da mão de obra escrava e dificultar a identificação dos contratantes.

Além disso, eles pediram a aprovação de outros projetos, como o PL 996/2015, ainda na Câmara, que inclui como ação qualificadora nos crimes de homicídio o atentado contra juízes e membros do Ministério Público no exercício de função.

## Polícia Rodoviária

O diretor jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Jesus Castro Caamaão, pediu investimento em comunicação, inteligência e logística. Ações como apoio aéreo para as ações nas regiões inóspitas e blindagem das viaturas dos grupos móveis podem ser rapidamente instauradas, disse. Ele defendeu a aprovação do PLC 38/2016, que cria cargos na Polícia Rodoviária Federal. Segundo ele, a força policial

ajudou a libertar em 2015 500 trabalhadores escravos.

— Nos últimos quatro anos, com um efetivo de 10 mil policiais, um dos menores de todos os tempos, chegamos a um total de cerca de 4 mil trabalhadores — observou.

A criação do adicional de fronteiras, para fixar mais profissionais nessas regiões, e a aquisição de imóveis funcionais para acolher e ajudar na fixação dos funcionários em regiões de grande rotatividade também foram defendidas por Caamaão.

O senador José Medeiros (PSD-MT), que é ex-policial rodoviário, repudiou as críticas aos servidores públicos, especialmente em relação a recomposição salarial.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Flávio Werneck Menequelli, defendeu mudanças mais gerais na legislação, como alterações no Código de Processo Penal e a limitação de recursos judiciais.

## Áreas isoladas

Auditor fiscal do Trabalho e coordenador da ação do GEFM, José Weyne Marcelino relatou como foi o resgate, a abordagem e a troca de tiros na operação que buscava salvar

trabalhadores apossados em São Félix do Xingu (PA), em maio. Não houve mortos. Ele defendeu as ações da equipe e lembrou que os cidadãos explorados criam empatia e uma relação de proximidade quando notam a presença do poder público no local, por meio do grupo móvel, o que os estimula a denunciar.

— O GEFM atua em outras atividades econômicas conhecidas pelo perigo, caso do garimpo e do extrativismo, que são promovidas nos rincões do país. É lá que o trabalhador precisa da atuação do Estado. É arriscado. Tem que ser feito um protocolo de segurança.

## Luiza Brunet

A CDH também aprovou uma moção de apoio à modelo e atriz Luiza Brunet, que sofreu violência doméstica do ex-companheiro, o empresário Lírio Albino Parisotto, em maio. Ela foi atingida com socos e chutes, o que resultou em quatro costelas quebradas, algo “inadmissível em todos os sentidos”, disse o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). Ele ressaltou a admiração pela coragem de denunciar a violência e disse esperar que o exemplo sirva de inspiração para outras mulheres.

## Viana: aéreas estrangeiras não devem operar no país

Os brasileiros pagam as passagens aéreas mais caras do mundo e é fundamental estimular a concorrência para reduzir as tarifas, disse Jorge Viana (PT-AC). O senador criticou o anteprojeto de mudança no código de aviação que permite a operação no Brasil de empresas aéreas de capital estrangeiro. Viana questionou que essa proposta seja apresentada em um período de recessão econômica.

— Há a intenção do governo de Michel Temer de vender o país a preço de banana. O desafio é encontrar uma maneira de o Brasil deixar de ter a passagem mais cara. Acho pouco provável que seja escancarando a porta.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Alvaro critica projeto que pune abuso de autoridade

Alvaro Dias (PV-PR) criticou ontem o desarquivamento de propostas legislativas que punem o abuso de autoridade por agente público e o instituto da delação premiada. O senador admite que é possível debater o aperfeiçoamento dessa legislação, mas criticou a ideia de fazer isso agora:

— A conclusão será de que o objetivo não é o aprimoramento da lei, mas o seu comprometimento para combater as autoridades que se esforçam para revelar ao país as suas mazelas, os crimes praticados, na esperança de virar esta página e promover uma grande limpeza ética no Brasil — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Fátima defende propostas que baixam preço do livro

Após ter participado de um debate sobre políticas para o fortalecimento do livro na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu projetos que ela apresentou.

A senadora citou o que institui a Política Nacional do Livro e da Escrita e o que fixa o preço do livro. O objetivo, disse ela, é reduzir o preço para o consumidor.

Fátima também condenou a alteração da biografia de Paulo Freire no site Wikipedia. No texto, consta que o educador participou “de um projeto de educação atrasado, de caráter doutrinário marxista e manipulador”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Telmário cobra apoio para pequeno produtor rural

Telmário Mota (PDT-RR) cobrou mais apoio ao pequeno produtor rural, com a adoção de políticas públicas para favorecer o acesso a equipamentos adequados e a insumos genéticos de alta qualidade.

O senador destacou a visita que fez a uma criação de búfalos em Unaí (MG) e disse que produzir no Brasil não é fácil, sobretudo para os pequenos produtores rurais, que sofrem com a atuação excessiva de órgãos de fiscalização.

— A pequena agricultura precisa ser tratada como um empreendimento empresarial e por isso deve conseguir sobreviver de forma independente.



Moreno Mariz/Agência Senado